

Stefânia Wludarski foge da CPI da Dívida em São Caetano e medida coercitiva é autorizada

Ex-secretária de Auricchio foge de CPI e deverá depor sob vara

Responsável pelas finanças de São Caetano até 2024, Stefânia Wludarski poderá ser conduzida coercitivamente à Câmara



AUSENTE. Esperada na CPI, Stefânia não compareceu; defesa enviou e-mail poucas horas antes da oitiva informando que ela não iria

Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda na gestão do então prefeito José Auricchio Júnior (PSD), fugiu da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida em curso na Câmara de São Caetano. A oitiva marcada para as 9h de ontem, no plenário, ocorreu sem a presença da principal testemunha. Segundo os integrantes do grupo de trabalho, a defesa da comitida enviou e-mail às 7h05 desta quarta-feira (19) informando o não comparecimento da cliente. A CPI aprovou então medida coercitiva: caso ela se recuse a comparecer na data a ser definida, poderá ser conduzida à força pela Polícia Militar ou por outra autoridade determinada pela Justiça. A expectativa da comissão era a de esclarecer se o passivo financeiro de R\$ 1,15 bilhão foi deixado de forma deliberada para prejudicar a gestão do sucessor de Auricchio, no caso, o prefeito Tite Campanella (PL). **Política 3**

Stefânia Wludarski foge da CPI da Dívida em São Caetano e medida coercitiva é autorizada

Ex-secretária na gestão Auricchio poderá ser levada à força em uma próxima oitiva na Câmara

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@dagabc.com.br

Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda na gestão do então prefeito José Auricchio Júnior (PSD), fugiu da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida em curso na Câmara de São Caetano. A oitiva marcada para as 9h de ontem, em reunião aberta no plenário, ocorreu sem a presença da principal testemunha. A defesa de Stefânia, segundo os integrantes do grupo de trabalho, enviou e-mail às 7h05 desta quarta-feira (19) informando o não comparecimento da cliente.

Sem conseguir ouvir a pechache responsável pelas Finanças da Prefeitura na gestão anterior, a CPI recorreu a outros meios para que Stefânia possa prestar esclarecimentos. Foi aprovada uma medida coercitiva: caso a ex-



DEFESA. Enviou e-mail poucas horas antes da oitiva informando o não comparecimento de Stefânia

secretária se recuse a comparecer na data ainda a ser definida, poderá ser conduzida à força pela Polícia Militar ou por outra autoridade determinada pela Justiça.

O depoimento da ex-secretária corroboraria as investigações da CPI, uma vez, que poderia esclarecer pontos obscuros da apuração conduzida pelos vereadores César Oliva (PSD), presidente, Edilson Parra (Podemos), relator, e Marcel Munhoz (Progressistas), proponente da comissão, além de técnicos legislativos e pela Fundação,

empresa de auditoria.

As aparações começaram em junho, após aprovação da instauração da CPI. Na primeira etapa foram analisadas pouco mais de dez mil páginas de documentos fiscais e contábeis. Em uma segunda fase, o número saltou para 14 mil e ontem, durante a reunião, com a presença de dez vereadores, o dossiê reunia mais de 30 mil folhas.

As análises levaram à conclusão de que durante a última gestão de José Auricchio Júnior o município atingiu endividamento de

R\$ 1,15 bilhão, boa parte deste déficit contraiu nos últimos seis meses de governo. Outro ponto ainda nebuloso que precisa ser esclarecido refere-se ao cancelamento de R\$ 30 milhões em pagamentos a fornecedores no apagar das luzes, em 30 de dezembro de 2024.

A expectativa da CPI era a de esclarecer se o passivo financeiro foi deixado de forma deliberada para prejudicar a gestão do sucessor de Auricchio, no caso, o prefeito Tite Campanella (PL).

As declarações de Stefânia poderiam indicar se houve má-fé com a promoção de pedaladas fiscais e contábeis, ou se o alto endividamento se deu de forma não dolosa, ou seja, sem a intenção de lesar a municipalidade e prejudicar futuras ações de governo.

Oliva, enquanto presidente da CPI, manteve a ausência da ex-secretária. "A Stefânia foi devidamente intimada. Agimos dentro da legalidade. As justificativas apresentadas já foram superadas. Entre as alegações, disse que aguarda documentos solicitados à Prefeitura via LAI (Lei de Acesso à Informação). Entretanto, todos os 30 mil documentos analisados estão e sempre estiveram à disposição dela e de sua defesa", afirmou.

Parra, vereador responsável pela relatoria, demonstrou frustração com a ausência da principal testemunha na oitiva e levantou dúvidas sobre o real motivo de ter fugido da CPI. "Será que ela (Stefânia) tem argumentos técnicos cabíveis e adequados? Se eu fosse ela, viria aqui responder todas as

perguntas abertamente", afirmou o parlamentar.

Agora, com a autorização dada pela CPI para a adoção de medida coercitiva, a Procuradoria da Câmara, responsável pelos trâmites legais da Casa, fará os devidos encaminhamentos à Justiça, que analisará o pedido. Caso os argumentos sejam aceitos, Stefânia será notificada por oficial judiciário para comparecer à oitiva e, em caso de não cumprimento da intimação, a ex-secretária poderá ser levada à força. A Polícia Militar ou outra instituição equivalente poderá ser acionada com a devida autorização via LAI (Lei de Acesso à Informação). Uma nova data para o depoimento só será agendada após decisão judicial.

A ausência da testemunha interfere diretamente na conclusão dos trabalhos da CPI. Com isso, mais 120 dias foram adicionados para a conclusão do relatório, que após finalizado será levado a plenário e, posteriormente, encaminhado ao MP-SP (Ministério Público) de São Paulo.

O Diário não localizou Stefânia ou sua defesa. O espaço segue aberto para futuras manifestações.



Ex-secretária age na surdina e sofre revés

A ex-chefe das finanças de São Caetano e atual secretária-adjunta de Fazenda e Planejamento de Cotia, Stefânia Wludarski, convocada na condição de testemunha para prestar esclarecimentos à CPI da Dívida, agiu na surdina para tentar suspender sua presença na oitiva que deveria ter ocorrido ontem, no plenário do Legislativo são-caetanense. No entanto, sofreu revés e teve o pedido negado.

Stefânia acionou a Justiça para suspender sua participação na reunião aberta da Comissão Parlamentar de Inquérito, sob o argumento de que a Prefeitura não entregou documentos fiscais, contábeis e outros solicitados de tempo em que era secretária, a fim de que pudesse embasar a própria defesa.

No entanto, a juíza da Primeira Vara Civil de São Caetano, Érika Ricci, indeferiu o pedido, alegando que não há entendimento de que a Prefeitura negou-se a entregar os documentos.

"A recusa da impetrante (Stefânia) em comparecer ao ato da CPI está fundamentada, em grande parte, na não obtenção de cópias de documentos de volume vultoso (superior a 30 mil folhas em um dos processos), e em que o impetrado (Prefeitura) condicionou ao pagamento do preço público correspondente (estimado em R\$ 9.813,80 por processo), conforme previsto no Decreto Municipal", apontou a magistrada.

Acobrança, segundo a Justiça, é legítima e amparada na LAI (Lei de Acesso à Informa-

ção), que estabelece: "É facultado aos órgãos e entidades públicas cobrar o custo dos serviços de reprodução de documentos solicitados, visando ressarcir os custos incorridos."

Na esteira desse entendimento, a magistrada registrou em documento datado em 18 de novembro, ao qual o Diário teve acesso exclusivo, sua decisão de indeferir o pedido de tutela cautelar incidental. "Utilizar o mandato de segurança com base na LAI para paralisar as atividades do Poder Legislativo em razão de uma controvérsia sobre o custeio de cópias, revela o uso desproporcional e desvirtuado do instituto legal, sendo a suspensão da CPI medida flagrantemente excessiva e desnecessária para garantir a ampla defesa." **wg**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: 3